

Por **Andréia Paula Cardoso**



Já está disponível no site da Funpres-Jud o Relatório de Investimentos referente ao mês de julho. Clique [aqui](#) para acessar. No referido mês, o Plano de Benefícios (PB) da Funpres-Jud apresentou retorno de 0,00% em termos nominais e -0,95% em termos reais, abaixo do benchmark do PB no mês (1,32% em termos nominais e 0,36% em termos reais). No acumulado de 2021, o retorno nominal alcançou 3,02% e a rentabilidade real foi de -1,67%, ante 7,24% e 2,37% do benchmark em termos nominais e reais, respectivamente.

Já as Reservas do Plano de Benefícios encerraram o mês de julho com retorno de -0,13% em termos nominais e -1,08% em termos reais, também inferior ao benchmark no período. No acumulado de 2021, o retorno nominal foi de 2,33% e real de -2,32%, ficando também abaixo do benchmark no ano.

O Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE) encerrou o mês com retorno de 0,85% em termos nominais e -0,11% em termos reais, ficando abaixo do benchmark no período. Já no acumulado de 2021, o retorno nominal foi de 7,35% e real de 2,47%, permanecendo acima do benchmark no ano.

Em julho, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios finalizou o período, sob a ótica dos ativos, com 74,8% dos recursos em Renda Fixa, 11,2% em Renda Variável, 3,0% em Investimentos Estruturados, 8,1% em Investimentos no Exterior e 2,9% em Imobiliário.

Sobre os resultados, a Diretoria de Investimentos explica que os índices de preços em todo o mundo têm sofrido pressões generalizadas, por motivos como: preocupações sobre a disseminação da variante delta do coronavírus; políticas monetárias de estímulos das economias globais; reaberturas das economias e desdobramentos das medidas restritivas sobre a cadeia produtiva global.

Com isso, apesar do cenário de crescimento global moderado, o ambiente tem sido menos favorável para as economias emergentes, levando a um desempenho negativo para os ativos de risco. No Brasil, particularmente, questões políticas e a elevação da inflação continuam causando volatilidade nas taxas de juros futuros e na marcação a mercado dos ativos de renda fixa, bem como afetando de maneira significativa os ativos de renda variável e a taxa de câmbio, tornando o ambiente desafiador em todos os segmentos.

Especificamente no cenário inflacionário, vale ressaltar a forte deterioração da inflação corrente nos últimos meses e a evolução das expectativas para 2021. Ao final de 2020, a projeção para o IPCA de 2021 estava em 3,34%, de acordo com o Boletim Focus do Banco Central, sendo que o

centro da meta de inflação para este ano é de 3,75% (e o teto de 5,25%). Entretanto, ao final de julho de 2021, o IPCA acumulado no ano atingiu 4,76% e a expectativa para o índice em 2021 se elevou para 6,79%, com diversos agentes econômicos considerando um IPCA superior a 7% no ano.

No cenário de juros, do mesmo modo, ao final de 2020, a projeção para a Meta da Taxa Selic ao final de 2021 estava em 3,13% ao ano. Entretanto, ao final de julho de 2021, a expectativa para o indicador no final do ano já estava em 7,00% ao ano, com tendência de elevação.

Nesse sentido, temos observado nos últimos meses a combinação de inflação elevada, que impacta diretamente no benchmark das Reservas do Plano de Benefícios, assim como do FCBE, aumento da taxa básica de juros, cujos efeitos são negativos para os ativos de renda fixa de curto e médio prazos, de renda variável e imobiliários, e maiores riscos fiscais, que impactam os ativos de renda fixa de médio e longo prazos e também a renda variável.

De uma forma geral, as reverberações dos riscos fiscais e políticos fizeram com que o mês de julho gerasse desempenho bastante ruim para os ativos domésticos, somada à volta da saída de recursos estrangeiros da bolsa de valores brasileira. Assim, o Ibovespa encerrou o mês com queda de 3,9% (porém, ainda acumulando alta de 2,3% em 2021). Os índices de renda fixa, tanto prefixados como os indexados a preços mais longos apresentaram variação negativa, com o IRF-M1+ apresentando retorno de -0,8% (-4,1% em 2021) e o IMA-B5+ rentabilizando também -0,8% no mês (-3,3% em 2021). O Real (BRL) voltou a se desvalorizar frente ao Dólar dos EUA (USD), registrando o valor de R\$ 5,21 (aumento de 4,8% em julho, reduzindo a valorização cambial do BRL para 0,4% em 2021). Já o risco país, medido pelo CDS de 5 anos, atingiu o patamar de 172 pontos-base, com elevação de 12 pontos-base em relação a junho, elevando a alta para 28 pontos-base em 2021. Por fim, o índice imobiliário IFIX apresentou elevação de 2,5% (mas ainda apresentando queda de 1,6% em 2021), destoando dos demais mercados, refletindo a recuperação após o compromisso do relator da Reforma Tributária no sentido da retirada da tributação de proventos de pessoas físicas neste segmento.

Dessa forma, e por conta dos fatores acima listados, destacamos que a probabilidade de a Fundação atingir a meta de IPCA + 4,15% para as Reservas do Plano de Benefícios em 2021 é reduzida.

A Diretoria de Investimentos ressalta, ainda, que a [Política de Investimentos 2021-2025](#) indicou incremento relevante de risco nas aplicações das Reservas do Plano de Benefícios com vistas a se atingir o benchmark estabelecido em um ambiente de taxas de juros reduzidas, com consequente maior volatilidade nos resultados, principalmente em períodos mais curtos de avaliação. Por conta disso, o objetivo é o atingimento da meta de rentabilidade em um horizonte de investimento de cinco anos, mesmo que não seja alcançada em cada um dos anos individualmente, mas sim ao final de todo o período.

Já em relação ao FCBE, os retornos continuam consistentes e estão acima do benchmark no acumulado do ano, basicamente por contar com parcela expressiva dos ativos de Renda Fixa com critério de contabilização de Marcação pela Curva (MTC), não sofrendo os efeitos negativos da perda de valor da Marcação a Mercado (MTM) verificada nos títulos de médio e longo prazos em 2021.

A Diretoria de Investimentos também reforça que em um cenário adverso e desafiador, a Funpresp-Jud preza por uma postura de cautela nos investimentos, com estruturas de proteção de parcela dos ativos de Renda Variável, que inclusive têm suavizado o resultado acumulado no ano, buscando equilibrar o nível de risco e retorno, de uma maneira tal que resguarde a saúde previdenciária do participante.

Fonte: [Funpresp-Jud](#), em 17.08.2021.